

Eliminação da pobreza

MAURO WERKEMA

Jornalista

A erradicação da pobreza extrema não é tarefa fácil. Na verdade, não há, em todo o mundo, modelos universais para tal tarefa para países com crônicas e gritantes desigualdades, herdadas de cinco séculos de desequilíbrios econômicos e sociais, como o Brasil. Trata-se de ação prioritária, continuada, coletiva, multissetorial, interdisciplinar e sustentada por fortes recursos públicos e privados, se o objetivo é tirar populações da condição de miserabilidade sem que essa intervenção seja mero populismo paternalista. Ou seja: não é só dar o peixe mas garantir que as pessoas aprendam a pescar, o que exige ações integradas e simultâneas de educação, de profissionalização, de geração e criação de empregos, de oferecer moradia e saúde. Enfim, que o ser humano degradado, retirado do mercado de consumo e de produção, possa adquirir as qualidades de cidadão efetivamente em interação ativa na sociedade emergente, em processo de reconstrução psicológica e cultural, como um efetivo agente de mudança.

É claro que é possível. Mas em que tempo, com quais modelos e recursos e com que tipo de gestão? São respostas difíceis, possíveis na teoria, mas certamente complexas na prática, especialmente no campo das condutas humanas, de seres vivos desclassificados socialmente, sem visão de perspectiva e sem consciência de que podem mudar. No campo ideológico, em que historicamente sempre se travou esse debate, se crê que não é possível uma sociedade de classes médias sem alteração dos modelos contidos nas ordens política e econômica. De qualquer maneira, a campanha presidencial já teve um grande mérito, que foi colocar o tema da eliminação da pobreza extrema ou, pelo menos, a redução das desigualdades, na agenda das discussões de primeira linha. E a presi-

dente Dilma parece disposta a enfrentar o desafio. Esperamos todos que a promessa de campanha se torne realidade e que a sociedade como um todo, não só a classe política e o governo, mas empresários, igrejas, universidades, entidades de toda natureza, possa se engajar nessa grande, ética e meritória meta.

O Brasil é hoje a oitava economia do mundo e pode ser a quinta, em poucos anos. Mas ocupa a 73ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Hoje, cerca de 30 milhões de brasileiros, equivalentes a 15% da população, vivem com menos de

R\$ 140 por mês, segundo a Fundação Getúlio Vargas. Há 10 anos eram 57 milhões. Os indigentes, pobres extremos, são cerca de 11 milhões. Embora a criação de empregos seja o vetor principal na redução da pobreza, outros fatores devem ser conjugados, conforme os especialistas em políticas sociais. Educação e, sobretudo, a vertente da formação profissional são os dois coadjuvantes principais, promotores verdadeiros da elevação social não paternalista, pois possibilitam a mudança humana, a autoestima, a recriação do ser produtivo e com inserção na população economicamente ativa.

Erradicar a miséria tem sido o ideal de todos os sistemas ou ideologias políticas que colocam a justiça social como meta fundamental. Sua conquista perfaz, sem dúvida, toda e qualquer ética política e não só da esquerda idealista, quase sempre romântica e ingênua, mas sempre humanista. Se o Brasil tem a oportunidade de construir uma sociedade mais igualitária e efetivamente caminhar nesta direção, pela via pacífica e institucional, como esforço coletivo de alto conteúdo cívico e ético, mesmo em prazo mais longo, estará dando ao mundo um histórico e formidável exemplo de capacidade de realização, de profundo sentido humanista.